

# NOTAS ECONÓMICAS 2

**ALBERT O. HIRSCHMAN** A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA — DOIS ANOS DEPOIS

**JOSÉ VEIGA TORRES** A VIDA FINANCEIRA DO CONSELHO GERAL DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO

**PEDRO NOGUEIRA RAMOS** LE RÔLE DU CRÉDIT DANS LES MODÈLES MACROÉCONOMIQUES

**CONSTANTINO REI/JOÃO LISBOA** DIMENSÃO E DESEMPENHO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS PORTUGUESAS

**JAIME FERREIRA** O CINEMA — DOCUMENTÁRIO E FICÇÃO — COMO DOCUMENTO E DISCURSO HISTÓRICO

**AMADEU LOPES SABINO** O TRATADO DE MAASTRICHT NA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

**FERNANDO FREIRE DE SOUSA** PARA ALÉM DOS DOGMAS: REFLEXÕES SOBRE O LIBERALISMO E A ECONOMIA

## Para além dos Dogmas: reflexões sobre o liberalismo e a economia<sup>\*</sup>

Fernando Freire de Sousa Faculdade de Economia da Universidade do Porto

### 1. O advento de uma “vaga liberal”: condições permissivas reais, eficácia limitada

Contrastando com a relativa diversidade das respostas da política económica ao primeiro choque petrolífero, o final dos anos 70 foi dominado pela sua marcada convergência num sentido liberal. O acesso ao poder dos conservadores britânicos, a alteração da política monetária americana decorrente da nomeação de Volcker para o FED (Federal Reserve Board) e a vitória presidencial de Reagan constituíram os primeiros momentos cruciais de uma viragem que, exprimindo principalmente a progressiva impotência revelada pelas terapêuticas keynesianas, representou também o ressurgimento arrogante de uma ortodoxia académica e política e a criação das condições para a propagação à escala mundial de mecanismos deflacionistas violentamente destruidores da “coerência de crise” que vinha vigorando (na sequência de um ajustamento em

relação aos efeitos recessivos do primeiro choque petrolífero tornado operativo por via da constituição de uma “economia de endividamento internacional”).

No interior das suas múltiplas variantes, quer no plano teórico (monetarismo, *supply side*, expectativas racionais) quer no plano das formas e meios da respectiva aplicação, as políticas liberais encaram o combate ao real problema de fundo da rentabilidade através da mera transposição para o domínio macroeconómico dos “velhos” princípios das escolhas racionais dos agentes económicos e do funcionamento concorrencial dos mercados. Tratou-se, pois, de um regresso a teses “fundamentalistas”: o controlo da quantidade de moeda como elemento nuclear para a redução das tensões inflacionistas, a redução da fiscalidade e da despesa pública e a desregulamentação como bases para a imposição dos preços relativos enquanto determinantes essenciais dos comportamentos privados, a responsabilização dos governos no tratamento e veiculação da informação fornecida pelo mercado como suporte das expectativas.

Sendo certo que uma avaliação genérica dos resultados daquelas políticas revela necessariamente alguns aspectos positivos, mais ou menos claramente localizados (em domínios como a desaceleração da inflação ou o controlo relativo das contas públicas) e mais ou menos variáveis de país para país, não é menos que uma análise circunstanciada acabe por conduzir a uma perspectiva mais mitigada, em que as contrastadas flutuações cíclicas registadas no decurso desta década ou as inquietantes manifestações de um desemprego maciço terão de ser interpretadas como a tradução de obstáculos não acidentais que os esforços de inflexão liberal não puderam ultrapassar.

De facto, modificar a hierarquia dos grandes objectivos macroeconómicos e repensar os instrumentos disponíveis para a sua concretização, introduzir correcções na concepção e lógica de funcionamento dos sistemas fiscais, monetários ou financeiros, flexibilizar e reestruturar o mercado de trabalho ou os mecanismos de protecção social serão eventualmente elementos importantes de uma sobrevivência defensiva em contexto de crise, mas estarão certamente longe de constituir elementos bastantes para assegurar a nova compatibilidade

<sup>\*</sup> Este texto corresponde à transcrição parcial de uma comunicação ao Seminário “Significado e Implicações Actuais do Liberalismo em Portugal” (Porto, Fevereiro de 1989). Por razões de espaço, optou-se por lhe amputar os pontos, mais susceptíveis de desactualização, respeitantes à realidade portuguesa. Pela mesma razão, retiraram-se também dois outros tópicos: o da apreensão dos problemas do crescimento das economias em período longo, largamente associado a uma clara demarcação de campos quanto à natureza da ciência económica; e o das virtualidades da chamada Escola da Regulação nessa matéria. No restante, as modificações introduzidas são meramente formais e de pormenor, visto que se entendeu que a “perda de terreno” registada pela ideologia liberal, quer no plano político quer no plano económico, não seria razão bastante para alterar o conteúdo de um trabalho que, embora datado, marca um momento de uma trajectória de reflexão. Sem prejuízo da habitual responsabilidade integralmente assumida pelo autor relativamente ao conteúdo e eventuais vícios do trabalho que apresenta, deve referir-se neste caso o facto de este artigo estar decisivamente influenciado por várias conversas e contactos realizados durante uma presença de três anos em Paris e posteriormente prosseguidos em visitas e encontros pontuais, de que a oportunidade proporcionada pela deslocação à Faculdade de Economia do Porto do Prof. Michel Aglietta terá constituído um exemplo marcante. Neste contexto, não será de estranhar a coincidência de vários pontos de vista expressos com os de investigadores ligados ao CEPII ou ao CEPREMAP, como, entre outros, o atrás citado Michel Aglietta, Robert Boyer, Jacques Mistral e Alain Lipietz.



estrutural que uma restauração de bases sólidas de crescimento necessariamente exige.

O que falha, efectivamente, em toda esta lógica liberalizante é, em última instância, a sua crença nas propriedades equilibradoras da concorrência pura. Na realidade, a possibilidade de os mercados garantirem a convergência das decisões económicas depende de os respectivos agentes se encontrarem munidos de um horizonte redutor de incertezas, o que pressupõe a assunção plena de um quadro global e estável de acumulação. Ora, o processo fundador de um tal modo de crescimento integra uma dimensão política e negociai que escapa largamente ao mero domínio mercantil e se operacionaliza em contextos históricos precisos. É escamoteando este dado decisivo e substituindo-lhe uma universalidade das virtualidades do mercado enquanto forma de organização susceptível de maximizar a afectação dos recursos e de guiar as estratégias individuais no curso da actividade económica que o pensamento liberal se permite banalizar todo o alcance das aquisições do período de crescimento do pós-guerra e, desse modo, denunciar veementemente qualquer obstáculo à concorrência como elemento de rigidez limitador da eficácia mercantil.

Assim, e quando tudo parece passar-se nos termos deliberadamente redutores de uma polarização em torno da oposição entre keynesianismo e monetarismo ou entre intervencionismo e liberalismo, a questão central é outra e prende-se com a actual percepção de um rumo globalmente incerto e sem bases sólidas de sustentação, isto é, com a procura das transformações sociais, tecnológicas, económicas e políticas que possam assegurar a construção de uma nova dinâmica de acumulação. A esta luz, o fracasso das políticas de estabilização da procura mais não revela do que o carácter datado da adequação existente entre as premissas da macroeconomia keynesiana e uma etapa específica do desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que a insuficiência das medidas liberais mais não representa do que o carácter inconsistente de uma desestabilização/destruição de um modo de crescimento completamente destituído de alternativa de médio/longo prazo. A esta luz ainda, restará interrogar a teoria económica no sentido de detectar no seu interior as pistas e hipóteses de trabalho que se situem fora da simples dicotomia reinante e que se mostrem potencialmente conducentes a um mais cabal esclarecimento dos problemas colocados pelas mutações que as economias experimentam no tempo.

## 2. Vicissitudes e contradições do "acaso histórico": autonomia individual *versus* neo-liberalismo

Uma leitura adequada da problemática do crescimento das economias em período longo tende a apontar para uma interpretação do capitalismo como uma dinâmica de transformações, de inovações, de mudanças incessantes comandadas pelo conjunto de condicionantes que sucessivamente se lhe vão impondo e cuja natureza, para além de elemento de diferenciação no tempo e no espaço, exprime o movimento do progresso social<sup>1</sup>. E o que parece hoje razoavelmente claro, designadamente à luz dos contributos aqui sucintamente abordados, é que a "função histórica" do capitalismo não foi a que Marx lhe atribuiu e segundo a qual os assalariados, constituídos em massa informal excluída da propriedade, iriam auto-organizar-se como uma anti-sociedade e construir assim uma cultura e uma visão do mundo que destruía a ordem social e a transformaria em algo de novo através de um processo revolucionário.

O movimento histórico foi efectivamente outro. Na fase de crescimento dos "trinta gloriosos", as forças sociais realizaram entre si uma multiplicidade de "compromissos institucionalizados" que, tendo por base uma clara separação entre as questões relevando da produção e as questões relevando da repartição dos seus resultados, permitiram o desenvolvimento de um tipo de acumulação em que, por um lado, as condicionantes da distribuição iam sendo integradas pelo capital nos respectivos programas de investimento e, por outro, se tornou manifesto o florescimento endogeneizado de um novo modo de vida e consumo por parte dos assalariados<sup>2</sup>.

Um dos elementos determinantes de caracterização das sociedades ocidentais actuais é, pois, o da

<sup>1</sup> Tal é o sentido profundo do conceito de "sociedade salarial", introduzido por Aglietta e Brender (1984). Nesse quadro, entende-se a mudança social como decorrendo essencialmente das transformações do salariado, aqueles autores evidenciam contudo a grande variedade de sociedades salariais existentes e sustentam que "o salariado é o horizonte inultrapassável do nosso tempo", isto é, a impossibilidade de pensar cientificamente um "para além" do salariado como perspectiva concreta e não utópica.

<sup>2</sup> Um outro aspecto relevante desta modalidade de regulação é a contratualidade permanente e a correspondente gestão da incerteza que ela viabiliza, possibilitando uma certa regularidade do crescimento, do progresso técnico e das mutações da produção e constituindo-se numa espécie de filtro face à imprevisibilidade e à conflitualidade e assegurando a necessária estabilidade estrutural.



grande diversidade de “organizações intermédias” operando no campo das relações sociais quotidianas, provocando tensões permanentes e viabilizando uma autonomia dos grupos face ao Estado; refira-se a propósito que é, aliás, a própria existência destas mediações da mais variada natureza que constitui o tecido da sociedade civil e o fundamento real da democracia. O capitalismo do Século XX assenta, assim, na organização, numa integração do salariado no interior do processo de acumulação do capital e no desenvolvimento de uma rede de relações sociais simultaneamente estimuladoras dessa integração e condicionadoras daquele processo. Mas, e do mesmo passo, o capitalismo de organização transformou aquela massa numa classe, estratificada e diferenciada; este aspecto, cujas consequências são relevantes para a compreensão do actual surto liberal, será então o elemento central a abordar neste ponto.

Com efeito, este ponto e o seguinte têm por objectivo essencial o de explicitarem de forma mais dirigida a oportunidade do momento em que são repostas e assumidas as propostas de pendor liberalizante. Tratar-se-á por agora, e em primeiro lugar, de procurar entender correctamente o actual advento generalizado do individualismo e a sua apropriação radicalizada no interior da ideologia neoliberal à luz das questões decorrentes da estratificação e diferenciação que o desenvolvimento de um capitalismo de organização trouxe consigo.

Historicamente, a problemática do individualismo foi abordada por diferentes autores em moldes muito distintos, estendendo-se o seu leque das concepções abstractas dos filósofos do século XVIII às perspectivas que privilegiam a inclusão dos indivíduos em grupos sociais. No primeiro caso, o indivíduo corresponde a uma ordem natural, a um imperativo moral, e identifica-se com o proprietário do conteúdo da sua vida apenas se conhecendo efectivamente essa sua vocação para acumular no quadro dos grandes princípios de liberdade/igualdade que fizeram uma época. No segundo caso, o grupo social sobrepõe-se à autonomia do indivíduo e determina-lhe completamente a visão do mundo, o comportamento, as motivações.

A transformação sofrida pelo capitalismo, por via da integração dos assalariados, veio dar nova dimensão ao individualismo, na medida em que suscitou a afirmação de uma lógica de organização e dos elementos que lhe são inerentes: clara separação de tarefas, definição de responsabilidades e atribuição de capacidade de decisão. As consequências deste

princípio de organização global sobre o salariado foram significativas ao estimularem preocupações de mobilidade ascensional e lutas de classificação no seu seio (forma transformada das lutas de classes do período anterior), tornadas aliás numa fonte de energia social dinamizadora de todo o processo de crescimento.

Assim se passou de relações tradicionais muito específicas e impondo condicionantes morais ao indivíduo a outro tipo de relações definidoras, através de cruzamentos de pertenças múltiplas e heterogéneas, da posição do indivíduo na sociedade e de uma crescente margem de manobra à medida que a sociedade se ia tornando mais complexa. De facto, e acompanhando esse alargamento do espaço de autonomia individual, foi-se assistindo também à perda de coesão de instituições como, por exemplo, a estrutura familiar (educação pública, acesso dos jovens a consumos culturais alheios à autoridade paternal, extensão do trabalho feminino). Deste modo, pode afirmar-se que a organização e o desenvolvimento do salariado fizeram emergir o individualismo e uma força nova na sociedade decorrente de mutações essenciais ao nível das aspirações dos seus participantes.

O reverso da medalha esteve em que a continuidade de todo este processo também transportava fatores de crise, bem evidentes no momento em que o individualismo deixou de encontrar correspondência e passou a conflitar com o tipo de compromissos sociais que tinha estado subjacente à constituição das formas institucionais da fase precedente. É de crer, neste quadro, que o crescente eco que encontram as mensagens liberais seja mais o reflexo de uma incapacidade para equacionar um alargamento da natureza daqueles compromissos sociais num sentido compatível com as reivindicações de autonomia dos indivíduos, do que o resultado do mérito intrínseco de propostas pouco inventivas de libertação da espontaneidade individual e de um simples regresso ao mercado concorrencial, aliás dificilmente aplicáveis sem retrocessos e desorganizações importantes no plano da sua articulação com a natureza crescentemente colectiva dos progressos de produtividade.

### **3. Estado e mercado: forçar a polarização ou estimular a colaboração?**

A segunda dimensão a esclarecer mais detalhadamente é a que deriva da crescente receptividade dispensada às políticas liberais no tocante, particularmente, à sua posição proclamada quanto aos excessos da intervenção estatal. O que



não pode ser realizado sem uma exacta compreensão dos princípios através dos quais se verificou a articulação entre o Estado e os processos económicos em períodos históricos precedentes.

O considerável reforço do Estado no pós-guerra, traduzido num enorme alargamento das suas funções tradicionais de salvaguarda das condições gerais da actividade económica a uma multiplicidade de domínios — apoios ao investimento e à inovação tecnológica (subvenções, crédito público) e desenvolvimento do sistema fiscal, nacionalizações, “codificação” da relação salarial, construção do sistema de protecção social e de fornecimento de serviços públicos —, fez dele uma componente essencial da reprodução económica. Mas o que convém sublinhar mais fortemente neste quadro é o facto de ter sido o desenvolvimento dos direitos sociais (educação, saúde, emprego, segurança social) associado ao tipo de integração dos assalariados o elemento determinante na produção dessa gradual e crescente presença do Estado.

No entanto, um tal tipo de evolução acabaria por conduzir às ineficiências de um aparelho burocrático hipertrofiado e às incongruências de intervenções governamentais contraditórias, que a crise das finanças públicas hoje exprime de forma inequívoca. Por outras palavras, o que veio a ficar em cheque nos anos mais recentes foi, sobretudo, um “princípio extensivo” de inserção do Estado na economia que se revelou progressivamente incapaz de conciliar a legitimação das formas institucionais constituídas e as condições económicas da acumulação do capital.

Neste contexto, as representações teóricas liberais não podem deixar de ser encaradas como inadaptadas. Com efeito, optando por uma postura de afrontamento ao que designam como elementos de “rigidez social” e por uma “libertação da iniciativa privada”, estes autores mantêm-se fiéis a uma polarização dogmática e estéril entre intervencionismo e liberalismo, Estado e mercado, sector público e privado. A complexidade dos problemas que se colocam às sociedades ocidentais dos nossos dias, designadamente na sequência do grau de socialização das actividades que já atingiram, não se compadece com perspectivas simplistas de tal natureza.

Em contrapartida, aquelas recentes reivindicações liberalizantes revelam também uma possível vertente positiva. De facto, e ainda que incorrendo no erro contrário de pugnar por uma mera submissão do

Estado à lógica do mercado, a defesa da eficácia das relações mercantis veio contribuir para um certo recentramento em relação a teses tendentes a atribuir ao Estado uma capacidade de intervenção largamente desproporcionada face ao desenvolvimento da sociedade civil, com o inerente perigo de viciar a percepção dos cidadãos quanto ao necessário *trade-off* entre protecção estatal e responsabilidades individuais. É o caso, nomeadamente, de concepções claramente datadas ou irrealistas, mas ainda significativamente implantadas, ora associando o Estado à expressão preponderante dos grupos monopolistas ora atribuindo-lhe uma “neutralidade funcional” não só susceptível de atenuar o custo social da crise, mas também de lhe permitir desempenhar um papel motor na (re)constituição das bases do crescimento.

Ora, a verdadeira questão que deve ser colocada releva aqui, mais uma vez, do foro qualitativo e não do foro quantitativo: não se trata de “mais Estado” — como não se trata igualmente de “menos Estado” —, mas sim de (re)pensar o tipo de articulação a desenvolver entre o Estado e os processos económicos. O que está em causa estende-se, pois, para além da afirmação autoritária de um Estado todo-poderoso dominador da economia ou de uma espécie de “regresso ao passado” que faça tábua rasa das aquisições e do sentido do progresso social; o que está em causa é, efectivamente, a procura de um novo salto qualitativo no domínio da invenção social e o conseqüente estabelecimento de formas renovadas de colaboração entre o Estado e a sociedade civil.

A afirmação precedente pode ser, aliás, fundamentada num plano mais vasto, associado à explicitação do lugar teórico do Estado. Na realidade, a ideia de uma auto-organização da sociedade civil é um mito que une numa “trama comum” os princípios liberais de recuo do Estado e os princípios marxistas anunciadores do seu deperdecimento. De facto, a legitimidade e a perenidade das normas sociais e a sua incorporação pelos vários agentes e grupos, por um lado, e o reconhecimento/manutenção da ordem social paralelamente à manifestação quotidiana de projectos individuais e conflituais, por outro, passam antes de tudo pelo papel da instância política. O Estado, forma modernamente assumida por essa instância, surge assim como indispensável na construção teórica enquanto instituição portadora do princípio de soberania e matriz de um conjunto de normalizações; ele é, portanto, a primeira das



formas de regulação no quadro de uma concepção que privilegie a interacção entre os níveis do mercado e das instituições.

Decorre das considerações anteriores que, ainda que se rejeite liminarmente o exclusivismo ou a simples preponderância do voluntarismo político, não é possível dissociar o Estado dos processos constitutivos ou difusores das formas institucionais essenciais. Tal significa, pois, a existência de um real suporte no sentido de identificar certas categorias de responsabilidades económicas passíveis de justificar a presença do Estado: atender aos estímulos e condicionantes veiculados pelo mercado não implica que, em medida sempre marcadamente ditada por “preferências nacionais de estrutura” ligadas à tradição histórica e à situação concreta específica de cada nação, não devam caber ao Estado funções relevantes em aspectos tão diversos como as “bases colectivas da produção” e o desenvolvimento tecnológico, a formação do capital humano, a segurança social, a distribuição do rendimento ou a gestão da estabilidade macroeconómica.

#### 4. Da inoperacionalidade liberal: as concepções da moeda como exemplo

Neste ponto e no seguinte, e embora focando duas áreas bem demarcadas (a questão da moeda e a dimensão internacional), procura-se retirar sinteticamente algumas ilações que resultam, de modo mais ou menos directo, de toda a análise anterior e que são também exemplificadoras do reducionismo liberal.

A moeda é um domínio em que o liberalismo económico é particularmente vulnerável. Com efeito, os seus postulados fundamentais tendentes a estabelecer o primado do sujeito económico individual e racional e a automaticidade dos mecanismos equilibrantes conduzem a uma concepção marcada pela neutralidade monetária, ou seja, pela subalternidade teórica da moeda relativamente a uma lógica de optimização da afectação de recursos materializada na esfera real da economia. Citando: “Em nenhum caso se dispõe de uma teoria da moeda. No máximo tem-se uma teoria da quantidade de moeda, isto é, da quantidade de um objecto social cuja presença no sistema económico escapa à lógica deste sistema” (Aglietta e Orléan, 1982)<sup>3</sup>. Inibidos assim de pensar o papel da moeda nas estratégias dos agentes privados e as relações entre estas e a actuação do Estado no

domínio monetário, os apóstolos liberais refugiam-se numa pretensa estabilidade da procura de moeda para atribuírem à criação monetária pelo Estado o ónus de todos os males de uma época atravessada por graves e significativas desordens no campo monetário.

Mergulhada no simplismo decorrente das suas convicções doutrinárias, a análise teórica proíbe-se, então, interrogar a natureza profunda dos fenómenos monetários e acaba a navegar sem rumo. Entre propor uma qualquer “regra monetária” materializada num objectivo de progressão constante da massa monetária controlado pelo Banco Central ou a imposição de moedas privadas estritamente sancionadas pelo mercado e à revelia de certos ensinamentos históricos e da consequente especificidade das formas da organização monetária, o espectro de posições evidencia a confusão reinante. Adicionalmente, é ainda oportuno sublinhar que a fragilidade revelada pelas análises económicas tradicionais se exprime, no plano prático, numa abordagem de tipo extensivo que se limita a procurar apreender e manipular as questões monetárias na sua vertente quantitativa (multiplicação e cruzamento dos instrumentos monetários e correspondentes implicações sobre a definição da massa monetária e o controlo da respectiva evolução). Deste modo, também neste quadro ganha sentido afrontar os discutíveis pressupostos neo-clássicos de uma regulação mercantil exclusivamente assente em comportamentos de arbitragem generalizados a todos os mercados e a todos os agentes e a consequente remissão da moeda para um plano de mera realidade instrumental.

Mas esta incompreensão teórica não é exclusiva da teoria do valor-utilidade. A própria teoria do valor-trabalho não escapa igualmente à admissão de uma hipótese de pré-existência do valor: “Que a substância seja a utilidade ou o trabalho não muda nada no tocante ao estatuto da moeda. O essencial é um ponto de partida segundo o qual a coerência social é já pressuposta na evidência natural de uma qualidade comum aos objectos económicos”. Foi sublinhando simultaneamente a incapacidade do mercado para normalizar plenamente as expectativas privadas e assegurar a correspondente coesão social, por um lado, e as potencialidades da análise das formas do valor enquanto análise susceptível de incorporar as contradições mercantis e de reequacionar o significado da troca enquanto relação social elementar, por outro, que alguns

<sup>3</sup> As restantes citações deste ponto são também extraídas desta obra fundamental.



autores procuraram apontar para a superioridade explicativa de princípios alternativos aos de qualquer teoria do valor constituída.

Segundo tais princípios, a moeda é estabelecida como um modo de socialização particular e historicamente datado, cuja prévia emergência, ao bloquear o recurso a uma sistemática comparação de preços no desenrolar da actividade económica, conduz à contenção/supressão das rivalidades concorrenciais e à própria aquisição pelos bens de existência social. Este papel primário da moeda na própria formação das relações mercantis equivale a concebê-la como pura relação social e não como uma mercadoria, o que levanta o problema conexo da sua constituição enquanto processo exterior à lógica da produção mercantil e, por essa via, reintroduz a referência anterior a um princípio de soberania: "...o surgimento da lei transformou profundamente as relações económicas face ao que elas eram na sociedade sem Estado, de reciprocidade generalizada. Esta transformação comporta nomeadamente a génese da moeda de parte inteira. Revela-se então claramente que a moeda é um atributo da soberania estatal antes de ser o meio da troca mercantil".

O longo e controverso caminho que necessariamente se estende desta hipótese de base para a construção de uma "teoria da organização dos processos económicos sob a égide da moeda"<sup>4</sup> importa menos aos objectivos aqui visados do que salientar a necessidade de assumir a dualidade das organizações monetárias para estudar a dinâmica monetária: "Este modo de socialização é um processo contraditório que se define como a unidade de dois pólos, ou seja, dois operadores sociais, contrários e todavia solidários. Um é o fraccionamento que representa a autonomia irredutível do que é privado; o outro é a centralização sem a qual a afirmação da sua autonomia por sujeitos rivais faria explodir a colectividade". Noutros termos: "Dilacerado pelas tendências contraditórias da centralização e do fraccionamento, o sistema monetário deve poder adaptar as suas estruturas e redefinir as suas regras

4 Designadamente no que toca a uma possível adaptação ao campo da economia dos contributos da antropologia moderna, e particularmente de René Girard (1972; 1978), sobre a rivalidade mimética como fonte de antagonismos suscitada pelo desejo humano e a violência como elemento fundador de qualquer ordem social, através de um entendimento da moeda como instituição primeira e mediadora da violência económica.

de funcionamento para se conformar a uma relação de forças sociais evolutiva, que se condensa na dinâmica financeira". Com efeito, é no interior deste quadro de raciocínio que se pode entender o verdadeiro estatuto da moeda moderna, isto é, o modo como o desenvolvimento da relação salarial provocou uma unificação das três funções monetárias (unidade de conta, meio de circulação, meio de reserva) no espaço nacional que, distinguindo-a de manifestações passadas, deu lugar à constituição de um sistema monetário nacional: "O desabrochar do salariado provocou um regresso em força da soberania política na organização monetária. Este regresso encontrou a sua forma institucional adequada no curso forçado das moedas centrais e no declínio correlativo, e depois no desaparecimento total, do papel monetário do ouro na área dos pagamentos nacionais". Por outro lado, é ainda um tal quadro que permite evidenciar o carácter sempre contingente daquela unificação face à afirmação de crises monetárias a interpretar, na sua essência, como crises de soberania: "As épocas de estabilidade são excepcionais à escala dos milénios de história monetária. Elas coincidem com fases de extensão da ordem dominante (política ou mercantil). Um pequeno número de sinais monetários, ligados entre si e à unidade de conta por relações estáveis, ganham uma aceitação cada vez maior. Pelo contrário, nas épocas de perturbação da ordem social, os sinais monetários de qualidades diferentes proliferam, as paridades oficiais são contestadas".

No termo desta breve digressão pela vasta e complexa área da moeda, reter-se-á a ideia de que a economia de mercado generalizada de que se reclamam os mais puros arautos do liberalismo económico não existe na realidade e, em contraposição, o facto de a sociedade mercantil surgir permanentemente atravessada por uma lógica de tipo dualista e conflitual que inviabiliza a definição *a priori* de qualquer ponto de equilíbrio e que, no caso dos sistemas monetários, se traduz numa interacção de duas tendências polarizadoras compatível com múltiplas formas de concretização e, assim, com diferentes modalidades de manifestação da condicionante monetária. Reter-se-á ainda, neste contexto, a necessidade de estimular os debates orientados para a edificação de uma teoria qualitativa da moeda que permita compreender o seu papel determinante na coesão social através de um princípio de soberania cujas mutações no tempo



conformam a evolução dos sistemas monetários. Reter-se-á, por fim, o carácter vicioso inerente à eleição da política monetária como regra absoluta de gestão e forma exclusiva de suplantar a crise contemporânea, cabendo apenas concebê-la como “uma acção sobre as estruturas e uma gestão pelos limites”: por um lado, “[...] a acção das autoridades monetárias está ela própria a contas com a deformação das estruturas que encontra a respectiva fonte nas tendências gerais do regime de crescimento”; por outro lado, “a política monetária é [...] uma arte dos limites que só pode exercer-se se a organização hierárquica do sistema financeiro incorporar limiares estruturais em que possam ser localizadas as tensões e em que, por consequência, os processos de reacção aos limites possam ser controlados. A política monetária é também uma vontade de conduzir a economia para esses limites que, por experiência, possam ser tomados a sério pelos agentes económicos”.

##### **5. Da inoperacionalidade liberal, ainda: a dimensão internacional como novo exemplo**

Em conformidade com o que ocorre em outras disciplinas que integram a teoria económica, também a concepção teórica que domina a interpretação dos fenómenos económicos internacionais consagra uma visão dicotómica da realidade, marcada por uma sobre-estimação dos mecanismos de mercado enquanto guias de uma divisão internacional real do trabalho eminentemente estável a longo prazo e relativamente aos quais os desajustamentos conjunturais — e relevando essencialmente da esfera monetária — não representam mais do que turbulências localizadas e insusceptíveis de interferir com a optimização a que conduz aquele processo de afectação dos recursos ou das actividades económicas.

Em tal quadro, as situações de heterogeneidade espacial existentes são interpretadas como decorrendo de condições exteriores ao campo teórico — disponibilidade prévia de recursos ou obstáculos ao desenvolvimento das trocas — e a economia mundial acaba por ser concebida como um espaço tendencialmente homogéneo. A lei do preço único é a expressão sintética desse mundo harmonioso do liberalismo económico em que as condições de diferenciação espacial das nações se esbatem face à afirmação de um sistema de preços relativos de equilíbrio; o outro pilar desta construção ortodoxa é a paridade dos poderes de compra, estreitamente ligada ao rigoroso corpo de hipóteses sobre a especialização internacional e a

determinação dos preços dos factores que sustenta a ideia de uma uniformização das condições reais de produção e de procura e definida como condição de equilíbrio da abordagem monetária da balança de pagamentos, ou seja, como o modo através do qual os sistemas monetários nacionais se influenciam uns aos outros numa economia mundial fortemente integrada.

Mas é precisamente a persistência de importantes graus de autonomia das dinâmicas nacionais (estruturas produtivas, modos de consumo, escolhas implícitas em termos de lógica de crescimento) que atravessa ainda o espaço económico mundial e que deve constituir, pois, a hipótese de partida da análise teórica das relações internacionais. Nestes termos, a economia mundial terá de ser apreendida como um conjunto de nações — “a constituição de espaços autónomos de valorização deve ser logicamente anterior à abordagem teórica específica da análise das relações internacionais” (Aglietta, 1979) — e a sua estruturação como representando, em cada momento, o resultado da interacção de uma multiplicidade de forças — as relações internacionais formam, assim, um sistema de interdependências através das quais se confrontam as regulações nacionais. Tal fundamento analítico constitui, pois, a economia mundial numa verdadeira economia “inter-nacional”.

A realidade económica internacional é, assim, mais contraditória do que harmoniosa. Mas a dinâmica conflitual que a atravessa poderá não ser indissociável da possibilidade de um certo equilíbrio em que compatibilidades de vária ordem se conjuguem numa coesão de conjunto. Perante esta problemática da “regulação internacional”, alguns autores (Aglietta *et al.*, 1982) introduziram a noção de configuração da economia mundial para caracterizar o sistema de oposições que, subsistindo devido às diferentes modalidades de inserção de cada economia na economia mundial e ao carácter diferenciado das dinâmicas internas de cada economia nacional, se definem pela sua permanência durante um tempo mais longo do que o das evoluções conjunturais a que estão subjacentes; a essas configurações são imputadas duas características essenciais: a das possíveis complementaridades susceptíveis de serem obtidas no contexto da heterogeneidade dos processos nacionais de acumulação e a do possível desenvolvimento e funcionamento, a nível das relações internacionais, de instituições reguladoras





que constituam o suporte imediato da economia mundial.

De novo, nenhum mecanismo universal de ajustamento viabiliza a eternização deste processo e a absorção das tensões que lhe são inerentes. Trata-se, com efeito, de um "equilíbrio" dinâmico em que, segundo as aquisições da história económica de período longo, a economia mundial se afirma pelo seu carácter hierárquico, isto é, pelo papel estruturante que desempenha na sua criação e transformação o modo de crescimento de uma nação dominante (a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos no século XX). Tudo se passa, pois, como se a afirmação de uma potência hegemónica na economia mundial se substituisse a uma qualquer modalidade de regulação supranacional para lhe assegurar uma estabilidade duradoura: "A economia dominante transforma-se num pólo de impulsão: tendo adquirido uma produtividade superior e o nível de vida mais elevado, ela dá ao resto do mundo o exemplo de um modo de crescimento e constitui o elemento motor de uma revolução industrial. Contribui igualmente para a instalação de um sistema coerente à escala mundial, porque a sua moeda se torna duradouramente sobreavaliada relativamente às outras, o que permite polarizar o sistema monetário internacional e regular a actividade mundial através de correntes de investimento para o estrangeiro" (Lafay, 1982). Assim se compreendem as propostas que vão no sentido de um recurso ao par de conceitos relação de hegemonia/difusão internacional de um regime de acumulação como neste domínio: "As funções da moeda desenvolvidas para além das fronteiras nacionais constituem um processo de integração que pode vencer o fraccionamento resultante da luta das nações conforme ao seu dinamismo interno. Uma ordem monetária internacional mantém um compromisso entre estas tendências porque permite traduzir o desenvolvimento desigual em relações financeiras reconhecidas e aceites pelas principais potências do mundo capitalista. A coesão das relações económicas internacionais depende portanto do carácter repetitivo das regras

Mas, como atrás se deixou dito, a organização desempenha aqui um papel indispensável, visto que a hierarquia nunca é espontânea e só pode existir organizada. Cabe ao sistema monetário e financeiro o lugar determinante neste domínio: "As funções da moeda desenvolvidas para além das fronteiras nacionais constituem um processo de integração que pode vencer o fraccionamento resultante da luta das nações conforme ao seu dinamismo interno. Uma ordem monetária internacional mantém um compromisso entre estas tendências porque permite traduzir o desenvolvimento desigual em relações financeiras reconhecidas e aceites pelas principais potências do mundo capitalista. A coesão das relações económicas internacionais depende portanto do carácter repetitivo das regras

monetárias, costumeiras ou institucionalizadas, que determinam a forma dos ajustamentos de balanças de pagamentos. É a razão pela qual a hegemonia de uma nação sobre as outras depende decisivamente da eficácia com a qual a sua moeda desempenha as funções de uma moeda internacional" (Aglietta e Brender, 1982).

Passando por cima de aspectos importantes como a exploração de todo o conjunto de referências precedentes no quadro de um determinado regime de acumulação ou o estudo das suas implicações para potenciar uma avaliação mais rica das manifestações e alcance das crises vividas, recuar-se-á a um plano teórico anterior no sentido de melhor evidenciar o reducionismo empreendido pela abordagem ortodoxa. O que se traduz em regressar ao teorema ricardiano das vantagens comparadas e em procurar explicar o que Arghiri Emmanuel designou, há já vários anos, por carreira de uma "lei": "os críticos mais acerbos, os Austríacos, os marginalistas, tudo puseram em causa, tudo demoliram na obra de Ricardo, salvo o capítulo sobre o comércio externo" (Emmanuel, 1973). O que se traduz, sobretudo, em sublinhar a sistemática "falsificação" do teorema que representa a sua versão neo-clássica, quer na sua vertente de "aperfeiçoamento" dos custos comparados através da introdução de hipóteses artificiais para definir "quantidades" de factores de produção homogéneos e admitir a identidade das funções de produção quer na sua vertente de um equilíbrio fundamental das trocas internacionais decorrente da formação de procuras recíprocas independentemente de qualquer monetização. Ora, uma leitura menos parcial dos contributos de Ricardo permite evidenciar, a despeito de limitações mais ou menos directamente associadas às particularidades da época histórica em que viveu, os contornos de uma análise bem diversa e indiscutivelmente mais esclarecedora: entender a lei dos custos comparados como indicando simplesmente o modo como podem estabelecer-se as trocas internacionais a partir das diferenciações nacionais dos sistemas produtivos, perceber que os sistemas de preços nacionais não se homogeneizam mas simplesmente se imbricam, considerar a condicionante monetária internacional como a mediação que permite passar do esquema de especialização decorrente dos custos comparados aos preços internacionais e aos fluxos efectivos de troca são, efectivamente, argumentos alternativos recuperáveis no legado decisivo da obra de Ricardo. Eles abrem campo a uma concepção teórica radicalmente oposta porque destruidora da

dicotomia prevalecente entre grandezas reais e monetárias através de uma inevitável reconsideração do significado teórico da taxa de câmbio.

As construções teóricas dominantes circunscrevem a taxa de câmbio a um mero preço de mercado, ficando assim a comunicação entre espaços monetários sujeita a leis económicas pré-determinadas: “a taxa de câmbio releva de uma lógica estritamente patrimonial e as suas variações não passam do reflexo de arbitragens incessantes que transitam necessariamente pelo mercado de câmbios. O sentido analítico dos movimentos cambiais é indissociável dos processos de convergência natural das taxas correntes para um valor de equilíbrio assegurando a paridade das taxas de juro e/ou dos poderes de compra, conforme o horizonte temporal considerado” (Cartapanis, 1984). Como consequência, a actual instabilidade monetária internacional surge entendida como resultante de simples “causas fortuitas” ou “peripécias” associadas a determinantes exógenas preponderantemente identificadas na condução da política monetária. Contrapor a esta perspectiva de uma “estabilidade endógena dos câmbios entregues a si mesmos” a ideia de que a taxa de câmbio é, antes de tudo, uma declaração de paridade expressa no interior de uma relação social chamada sistema monetário internacional significa, ao invés, não deixar esvaziar a dimensão política daquela comunicação e, deste modo, a não omitir da análise a relevância da organização dos sistemas monetários e do conseqüente estádio histórico da divisão internacional do trabalho.

Conceber os movimentos cambiais como “a câmara de eco de uma dinâmica conflitual da economia mundial” em que a diferenciação nacional das *performances* macroeconómicas externas adquire um papel explicativo dominante é, então, a proposta teórica avançada. O que, não pretendendo contrariar o peso “local” dos aspectos financeiros na formação da taxa de câmbio e na possibilidade de inviabilizar durante períodos mais ou menos longos aquela relação tendencial primária, tem essencialmente duas implicações cruciais: por um lado, as exigências de equilíbrio dos valores trocados, que a noção de condicionante externa traduz, não dependem exclusivamente de variações de preços, mas de uma compatibilização mais ampla de diversas variáveis económicas, tais como os diferenciais de crescimento entre economias e os parâmetros estruturais que sintetizam a especialização internacional e a natureza da

concorrência prevalecente nos diversos mercados; por outro lado, a reabilitação da política cambial assim proposta aponta ainda para o papel de interferência retroactiva da taxa de câmbio sobre as estruturas internas de preços relativos e sobre o encadeamento do conjunto de variáveis macroeconómicas (investimento, salários e lucros, moeda) que configura um dado esquema nacional de regulação. Em síntese, a taxa de câmbio não aparece aqui referenciada como um simples regulador de um sistema económico internacional de mercado livre, mas como uma variável decisivamente política cujas flutuações têm origem em manifestações estruturais da autonomia irredutível das nações num quadro limitado pelas condições gerais em que se processa a acumulação do capital.

Num outro plano, a perspectiva de abordagem aqui sucintamente esboçada opõe-se também à conclusão tradicional de uma impossibilidade lógica de perda na sequência de uma abertura dos países à troca internacional, isto é, de uma superioridade postulada das políticas de “liberalização externa”. O que está em causa é agora a necessidade de confrontar as análises conduzidas em termos estáticos com uma referência temporal que explicita as condições através das quais se podem manifestar “ganhos dinâmicos” decorrentes do comércio internacional. Com efeito, se se tiver em conta o crescimento diferenciado da procura e da produtividade face às evoluções das elasticidades preço e rendimento que reflectem o esquema de especialização de cada país, estar-se-á perante uma gama aberta de possibilidades resultantes de uma participação no comércio internacional que faculta uma explicação credível para os processos assimétricos de desenvolvimento que a concorrência mundial produz. E, na linha directa de tal posicionamento, estar-se-á também munido dos instrumentos a mobilizar para afastar a polarização proteccionismo/libre-cambismo que impera continuamente no domínio das relações económicas internacionais: identificar os princípios definidores da qualidade da especialização internacional, detectar as fontes das vantagens comparativas existentes, interpretar a política industrial como a gestão da contradição entre a evolução espontânea e a evolução desejada da especialização, assumir o papel determinante do investimento produtivo e das estratégias empresariais como chave da competitividade, atribuir ao Estado a responsabilidade que lhe cabe no encorajamento das estruturas e no delineamento das orientações tendentes a consolidar a





organização da economia nacional, tais são então os sucessivos passos a encetar para preencher cabalmente os ambiciosos objectivos desse projecto.

#### 6. Breve nota final

A estratégia definida para este trabalho não foi, assumidamente, a de abordar os aspectos determinantes da definição rigorosa daquele conceito ou as suas bases doutrinárias e os seus referenciais históricos. De facto, e embora se tenha partido da evidência da crescente presença do termo liberalismo no vocabulário político-económico dos anos 80, a assimilação vulgar de liberalismo ao funcionamento das regras do mercado veio evidenciar também o carácter deliberadamente difuso desta reflexão, bem como a consequente possibilidade de adoptar uma razoável mobilidade no interior do espaço temático privilegiado e de recorrer a conceitos e questões adjacentes. Assim se equacionaram, em termos relativamente livres embora articulados numa apresentação circular, diversas questões polémicas: Deste contributo se espera possa vir a decorrer um amplo e aberto confronto de sensibilidades em que a firmeza de posições não ceda a dogmas estereis ou a preconceitos ultrapassados.

#### Referências Bibliográficas

- Aglietta, M. (1979) *Avantages comparatifs, valeur internationale et taux de change tendanciel*, Paris, Doc. CEPII, octobre.
- Aglietta, M.; Brender, A. (1982) La configuration mondiale des années quatre-vingt: les risques d'une déflation généralisée, Rapport pour le groupe *Problématiques des années quatre-vingt*, juin.
- Aglietta, M.; Brender, A. (1984) *Les métamorphoses de la société salariale — la France en projet*, Paris, Calmann-Levy.
- Aglietta, M.; Ewencyk, P.; Oudiz, G. (1982) L'Europe dans l'affrontement international des années 80, *Cambridge Journal of Economics*, July.
- Aglietta, M.; Orléan, A. (1982) *La violence de la monnaie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bourguinet, H. (org.) (1982) *Internationalisation et autonomie de décision, repères pour les choix français*, Paris, Economie.
- Cartapanis, A. (1984) *Instabilité des taux de change et déséquilibres internationaux — le cas français*, Paris, Calmann-Levy.
- Emmanuel, A. (1973) *A troca desigual*, Lisboa, Estampa.
- Girard, R. (1972) *La violence et le sacré*, Paris, Grasset.
- Girard, R. (1978) *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris, Grasset.
- Lafay, G. (1982) La spécialisation internationale, reflet et instrument de la transformation de l'économie mondiale, in Bourguinet, H. (org.) *Internationalisation et autonomie de décision, repères pour les choix français*, Paris, Economie.